

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo

Juliano Del Gobo
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Juliano Del Gobo
(Organizador)

A Psicologia
Frente ao Contexto Contemporâneo

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia frente ao contexto contemporâneo [recurso eletrônico] /
Organizador Juliano Del Gobo. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018. – (A Psicologia Frente ao Contexto
Contemporâneo; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-016-2

DOI 10.22533/at.ed.162181912

1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos
sociais. I. Gobo, Juliano Del. II. Série.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O termo psicologia deriva da união das palavras gregas “psiché” e “logos”, traduzidas como o estudo da alma, mas apesar de suas origens terem raízes tão antigas como as primeiras hipóteses e teorias sobre o funcionamento psicológico. Ao longo de sua história, a psicologia esteve situada no campo da metafísica, em torno de interesses relacionados à essência do ser humano, a partir de questões como O que é a alma e onde ela está? O que possuímos ao nascer? Como conhecemos? Qual é a natureza humana?

Sua identidade atual é muito mais recente e nasceu em meio a ebulição científica na Europa do século XIX, tendo sido preciso se reinventar para atender aos critérios de cientificidade daquele tempo histórico e se constituir como ciência independente. A ciência nascida na Europa do século XIX ao desembarcar nos EUA do século XX foi demandada a torna-se um campo aplicado, onde passa a assumir um lugar social a partir de práticas psicológicas.

A partir do momento em que um conjunto de teorias e práticas vão sendo reconhecidas pelo corpo ampliado dos sujeitos que convivem em determinado tempo e cultivam de mesmos costumes, elas passam a influenciar as formas de reprodução da vida, pois tornam-se parte da cultura. Discutir a Psicologia como produto e matéria-prima da Cultura humana é reconhecê-la a partir de duas importantes características: a diversidade de suas produções e sua origem e continuidade histórica, refletindo a relação dialética entre as demandas e necessidades do conjunto ampliado da sociedade em dado tempo histórico.

Nesta obra, a consciência histórica da Psicologia é cobrada na qualidade ou condição de ser contemporânea, isto é no desafio de se reconhecer como parte da construção de seu próprio tempo histórico, a partir de reflexões e produções teóricas e práticas que abordam questões históricas, mas que se tornam emergentes na medida que nosso tempo histórico ousa enfrentá-las. Uma obra como essa é sempre muito importante porque traz ao centro do debate sobre a vida coletiva em sociedade e a concretude das condições de vida dos sujeitos, as quais são objeto de abordagem e análise. Em resumo, trata-se de introduzir uma discussão histórica, sociológica e filosófica a respeito do mundo que vivemos, das formas dominantes de existir no mundo e de como as Psicologias contemporâneas são modos de tomar partido em relação às situações da vida cotidiana (FIGUEIREDO, 2015, p.30).

Dentro deste livro, estão contidas produções necessárias ao contexto contemporâneo, produções com posicionamento ético e também político diante de uma grande diversidade de temas e abordagens realizadas pelos autores. Assim, a diversidade de temas que o leitor encontrará nessa obra se une na medida que os debates estão sempre permeados pela posição ética e pela consciência de que a Psicologia tem responsabilidade com seu tempo histórico e com a vida coletiva.

Como a história segue seu próprio curso e qualquer tentativa de controle e previsão

sobre ela se mostram limitados, é necessário antes de tudo assimilar a contribuição importante do campo teórico e político da psicologia social, a qual revela que não há neutralidade na ciência e na prática da psicologia, uma vez que ela ou fornece elementos para a manutenção da estrutura social vigente ou para a transformação no modo de vida e da maneira de conceber os diferentes sujeitos na sociedade.

Desejemos aos leitores que desfrutem dessa obra e se deixem inundar com a profundidade dos artigos que seguem.

Juliano Del Gobo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO PRELIMINAR DO JÁ-DITO ESTEREOTIPADO	
<i>Rosângela Rocio Jarros Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819121	
CAPÍTULO 2	15
PSICOLOGIA, PODER E SEXUALIDADE: A FIGURA CONTEMPORÂNEA DO INTERSEX E AS NOVAS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO	
<i>Jônatas Mota Leitão</i>	
<i>Luiza Maria Silva de Freitas</i>	
<i>Paulo Germano Barrozo de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819122	
CAPÍTULO 3	30
POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO DA TERRA	
<i>André Valécio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819123	
CAPÍTULO 4	42
IDENTIDADE MASCULINA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS SÍNTESES DIALÉTICAS	
<i>João Pedro Vilar Nowak de Lima</i>	
<i>Jeferson Renato Montreozol</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819124	
CAPÍTULO 5	54
O SABER PSICOLÓGICO E A ADOLESCÊNCIA: A NECESSIDADE EM CONSIDERAR INTERSECCIONALIDADES	
<i>Isadora Oliveira Rocha</i>	
<i>Gláucia Ribeiro Starling Diniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819125	
CAPÍTULO 6	68
DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO À INSPIRAÇÃO DE UMA PRÁTICA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN	
<i>Barbara Maria Turci</i>	
<i>Eliane Regina Pereira</i>	
<i>Emerson Fernando Rasera</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819126	
CAPÍTULO 7	80
ENTRE TELAS E CENAS DA RUA: A MEDIAÇÃO AUDIOVISUAL NO ENCONTRO COM VIDAS OUTRAS NAS CIDADES	
<i>Allan Henrique Gomes</i>	
<i>Orlando Afonso Camutue Gunlanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819127	
CAPÍTULO 8	95
O QUE PODE O CORPO EM CENA NA CIDADE?	
<i>Antônio Vladimir Félix-Silva</i>	
<i>Cássio Marques Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819128	

CAPÍTULO 9 109

ENTRE O PROTAGONISMO JUVENIL E A TUTELA DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Lara Brum de Calais

Juliana Perucchi

DOI 10.22533/at.ed.1621819129

CAPÍTULO 10 125

MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMINISTA NO ENFRENTAMENTO DA HUMILHAÇÃO SOCIAL

Mariana Luciano Afonso

DOI 10.22533/at.ed.16218191210

CAPÍTULO 11 130

ENFRENTAMENTOS, RESISTÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS NOS RAPS DO GRUPO REALIDADE NEGRA DO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Renata Câmara Spinelli

DOI 10.22533/at.ed.16218191211

CAPÍTULO 12 147

RODAS DE CONVERSA DIALÓGICAS: O ESPAÇO DA LIBERDADE PARA DIZER A PALAVRA

Erlândia Silva Pereira

Maristela de Souza Pereira

Rogério de Melo Costa Pinto

Helena Borges Martins da Silva Paro

DOI 10.22533/at.ed.16218191212

CAPÍTULO 13 162

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DE CRIANÇAS

Erik Cunha de Oliveira

Saulo Santos Menezes de Almeida

Juliana Souza Vaz Ribeiro

Alexsandro de São Pedro Santiago

DOI 10.22533/at.ed.16218191213

CAPÍTULO 14 171

DA PATOLOGIZAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Roberta Cristina Gobbi Baccarim

Grazielle Tagliamento

DOI 10.22533/at.ed.16218191214

CAPÍTULO 15 186

CAPTURA E REGULAÇÃO: INVESTIMENTOS BIOPOLÍTICOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Anita Guazzelli Bernardes

DOI 10.22533/at.ed.16218191215

CAPÍTULO 16 196

A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL E A SUA PRESENÇA NA LITERATURA INFANTIL

Hudson Henrique de Oliveira Masferrer

Emerson Fernando Rasera

DOI 10.22533/at.ed.16218191216

SOBRE O ORGANIZADOR 210

O SABER PSICOLÓGICO E A ADOLESCÊNCIA: A NECESSIDADE EM CONSIDERAR INTERSECCIONALIDADES

Isadora Oliveira Rocha

Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal

Gláucia Ribeiro Starling Diniz

Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal

RESUMO: O processo da adolescência é plural, ou seja, é equivocado considerar o adolescer como um padrão. Desconsiderar as diversas influências que afetam o modo de cada um/a vivenciar este período é um risco. O objetivo deste artigo é desmistificar a adolescência vista através de uma perspectiva universalista, por meio de uma reflexão teórica. A inserção no sistema sexo-gênero é vista como o elemento fundamental que revela a importância das adolescências serem consideradas através de olhares distintos. A adolescência feminina não é vivida e construída da mesma maneira que a adolescência masculina. Cada modo de viver a adolescência é singular. Elementos culturais, sociais, históricos, e relacionais precisam ser considerados, pois geram maneiras distintas de viver essa fase da vida. Estes elementos são determinantes e influenciam também na construção da identidade ao longo deste período. As relações da/o adolescente com o seu núcleo familiar merecem destaque. O relacionamento familiar apresenta influência

única na construção identitária e na estruturação psíquica de adolescentes. A presença de violências no dia-a-dia familiar constitui um elemento importante a ser identificado e problematizado, principalmente no que concerne às repercussões dessas violências na saúde mental de adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; psicologia; interseccionalidade; pesquisa.

ABSTRACT: The process of adolescence is plural. It is wrong to consider adolescence as a standard. Disregard for the various influences that affect one's way of experiencing this period constitutes a risk. The purpose of this article is to demystify adolescence which is general seen in a universalist perspective, through a theoretical reflection. It intends to draw attention to the tendency to naturalize this period. The insertion in the sex-gender system is seen as the fundamental element that reveals the importance of adolescences to be considered through different perspectives. Female adolescence is not experienced and constructed in the same way as male adolescence. Each way of living adolescence is unique. Cultural, social, historical and relational elements need to be considered, because they all contribute to create distinct ways of living adolescence. These elements are decisive, and also influence the construction of identity throughout this period. The relationship

between the adolescent and his/her family context needs to be highlighted. The family relationship has a unique influence on the identity construction and psychic structuring of adolescents. The presence of violence in the family daily life is an important element to be identified and problematized, specially in regards to the repercussions of these violences on the mental health of adolescents.

KEYWORDS: Adolescence; psychology; intersectionality; research.

1 | ADOLESCÊNCIA OU ADOLESCÊNCIAS?

A adolescência é um período do ciclo de desenvolvimento humano singular para cada pessoa. Essa etapa tem características importantes, por representar o processo de transição entre a infância e a idade adulta. Diversas/os autoras e autores corroboram com esta perspectiva, ao destacar o adolecer como um processo que deve ser compreendido por meio de aspectos culturais, históricos e sociais (BERNI; ROSO, 2014; SOUSA; MOREIRA, 2012; TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005). Estes elementos influenciam nas vivências das adolescências e deve influenciar no olhar e na compreensão daquelas/es que pesquisam sobre esta fase.

Certos estereótipos são frequentes e popularmente associados ao adolecer, segundo pesquisas da área (MASCAGNA, 2009; PRIOSTE; AMARAL, 2016). Alguns exemplos a ser citados são: a instabilidade emocional, o relacionamento conturbado com os pais e a presença de conflitos comportamentais e psíquicos nas/os adolescentes.

Esses “mitos”, como Mascagna (2009) define, foram fortalecidos e apropriados para além da esfera científica. Berni e Rosi (2014) apontam que o meio social e cultural também endossam estes conhecimentos e representações sociais, principalmente através dos meios de transmissão de massa. Os estigmas associados à adolescência tornam-se cristalizados na sociedade e acabam por causar certo estranhamento aos adultos (COSTA, 2012). Talvez, este seja um dos motivos da dificuldade em compreender as possibilidades de múltiplas vivências e os comportamentos dos adolescentes.

A ideia de que a adolescência é um período do desenvolvimento humano com características pejorativas e a ser superado foi reforçada aos poucos (BOCK, 2004; LEAL; FACCI, 2010). A/o adolescente apresenta comportamentos que são comumente considerados como problemáticos e/ou difíceis, de acordo com Paixão e Almeida (2013), ao mesmo tempo em que podem ser entendidos como “bobagens da idade”, segundo Bock (2004).

Anjos (2014) aponta que a definição de adolescência construída pela psicologia tradicional, ignorou os aspectos históricos e sociais que constituem este período. Uma ideia biologicista é apontada como característica desta fase, relacionando-a a questões voltadas à sexualidade e mudanças hormonais. Este viés biológico é adotado devido às mudanças naturais que acontecem ao longo da puberdade. Este sim, um período marcado por mudanças biológicas e físicas nas/os jovens (ANJOS, 2014).

Há, portanto, certa inclinação em naturalizar a adolescência. Mascagna (2009) vai além e afirma que esta tendência “não só naturaliza a adolescência e, conseqüentemente, seus comportamentos como os justificam, ignorando todo o contexto sócio-histórico que permeia o indivíduo” (MASCAGNA, 2009, p. 12).

Compreender a adolescência de tal modo é um risco. A adoção desta postura pode provocar um olhar fora do contexto, o que resulta na minimização da influência do meio social na vida de adolescentes. Devemos evitar uma compreensão limitada, universal e a-histórica da experiência da/o adolescente (SOUSA; MOREIRA, 2012).

O fato é que não existe apenas um modelo de adolescência. Cerqueira-Santos, Melo Neto e Koller (2014) destacam que os tormentos, rompantes, conturbações e tempestades, não são regra geral de comportamentos que todas/os adolescentes viverão neste momento de suas vidas. É importante que nós, psicólogas e psicólogos, revisemos as ideias que associam o adolescer com tais características. É preciso desconstruir preconceitos, pois eles carregam riscos:

(...) esses riscos têm duas faces, ou seja, se a pessoa tem entre 10 e 25 anos e está atravessando algum desafio psicológico ou social, deve ser definida como adolescente e apenas encarada como tal. Em contrapartida, se a pessoa está nessa faixa etária e não apresenta nenhuma tempestade e tormenta em sua vida, não pode ser encarada como um ser em desenvolvimento na adolescência. Nenhum dos extremos apresentará conseqüências favoráveis para o acompanhamento, o atendimento ou a simples convivência com a pessoa em questão (CERQUEIRA-SANTOS; MELO NETO; KOLLER, 2014, p. 19).

Falar da adolescência implica, portanto, na promoção de uma discussão que traga maior visibilidade para as múltiplas formas de vivê-la. O fato é que cada modo de viver a adolescência é singular. Elementos históricos, sociais, e culturais assim como a inclusão no sistema sexo-gênero e a interseção de raça, geram maneiras distintas de “ser adolescente” em contextos específicos, sob certos tipos de influências, pressões e tantos outros aspectos.

2 | AFINAL, DE QUE ADOLESCÊNCIA FALAMOS?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como um período que ocorre entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade (Brasil, 2015). Em contraponto, devido à sua complexidade, esta fase não se restringe ao tempo cronológico que a determina (GOMES; BRASIL; ALMEIDA, 2013). Cerqueira-Santos, Melo Neto e Koller (2014) indicam que há maior relação da adolescência com uma fase social e psicológica, do que a vinculação desta às idades numéricas. A pluralidade da adolescência precisa ser compreendida.

O conceito de adolescência e sua caracterização como um período distinto do desenvolvimento humano começou a ser considerada apenas a partir do século

XIX (JUSTO, 2015). Ferreira e Nelas (2006) indicam que anteriormente, o período que hoje é conhecido como adolescência era entendido como um pequeno intervalo entre a infância e a vida adulta. Em outras palavras, um contraste entre uma fase de dependência e outra de responsabilidades (FERREIRA; NELAS, 2006).

A partir de uma série de transformações que perpassou o século XX e que impactou os comportamentos reprodutivos e a organização do trabalho, a adolescência foi (re) construída (VILLELA; DORETO, 2006). Birman (2006) destaca que houve uma significativa alteração na perspectiva de “tempo” desta fase. Isso aconteceu devido a um prolongamento da adolescência, o qual atinge um momento que anteriormente era considerado como idade adulta.

Uma perspectiva que objetiva explicar a extensão deste período é pautada na mudança e no crescimento das oportunidades de trabalho, à medida que transformações foram ocorrendo neste meio. Villela e Doreto (2006) destacam que “o crescimento da indústria nos séculos XIX e XX amplia a gama de habilidades necessárias para a ocupação de novos postos de trabalho que surgem, exigindo maior preparo do trabalhador” (VILLELA; DORETO, 2006, p. 2468).

Um maior tempo dedicado à qualificação passa a ser necessário para que as/os jovens que almejam destaque consigam dar entrada no mercado de trabalho. Sair da casa de seus pais e vivenciar as “responsabilidades” que são comumente associadas à vida adulta, se tornam, conseqüentemente, metas adiadas e menos prioritárias na vida destas/es jovens (VILLELA; DORETO, 2006).

Cabe, no entanto, perguntar: Esta é a adolescência de quem? Já foi apontada previamente a singularidade deste período. Recortes precisam ser realizados para entendermos qual é essa adolescência que tem tempo para se qualificar e se destacar através de oportunidades e estudos. A adolescência vivida pela classe média/alta, não é a mesma adolescência daquelas/es que possuem limitações de recursos.

Neste contexto a interseccionalidade entre Adolescência e Situação Socioeconômica no Brasil precisa ser considerada. O universo trabalhista consegue exemplificar bem a situação: adolescentes de situações econômicas e sociais vulneráveis enfrentam uma realidade específica no que concerne ao estudo e ao primeiro emprego.

Tal realidade está relacionada, em grande parte, às altas exigências dos empregadores e a falta de qualificação e/ou experiência que não são acessíveis aos jovens de famílias economicamente vulneráveis (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002). A situação de carência dificulta a permanência desses jovens na escola. Há limitações quanto ao acesso a materiais escolares e deslocamento. É dificultada a inserção destas/es adolescentes em empregos que não oferecem riscos à suas vidas, mas sim, possibilidade de ascensão profissional e/ou com qualidade de vida.

A violência urbana como um fator de risco que impossibilita jovens de, muitas vezes, saírem de seus lares também não deve ser um aspecto ignorado. É fato que jovens que residem em bairros vulneráveis, sem garantia de acesso a direitos básicos

(como por exemplo, segurança e saneamento básico), encontram-se em situações de maior exposição à(s) violência(s) (LOPES et al., 2008) – sejam elas físicas, psicológicas e/ou institucionais.

Adolescentes de baixa renda tendem e muitas vezes precisam, priorizar o trabalho sobre outras dimensões da vida. Muito frequentemente, a/o adolescente que consegue uma vaga no mercado de trabalho, abandona os estudos precocemente (OLIVEIRA et al., 2010).

Adolescentes de classe baixa não são englobados pelo suporte social, pela educação e por possibilidades trabalhistas. Fato este, que acaba resultando em “um fenômeno perverso ao qual os jovens e suas famílias estão submetidos” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 764). Pesquisa de Castro e Abromovay (2002) realizada com adolescentes que buscam trabalho, indica que a intenção delas/es é ter acesso a um meio de sobrevivência individual e familiar. Mesmo diante do fator “sobrevivência”, grande parte dos empregos que estas/es jovens conseguem são seletivos (BIRMAN, 2006), instáveis ou irregulares (CASTRO; ABROMOVAY, 2002).

A condição socioeconômica da pessoa adolescente afeta sua experiência do adolescer. Fato este que reforça a importância em considerar fatores históricos e sociais ao pensar a adolescência. É imprescindível que esta fase seja compreendida a partir do ambiente social em que a/o jovem vive o seu cotidiano. O ambiente social irá influenciar diretamente no seu modo de ser, agir e pensar e; posteriormente, se posicionar no mundo adulto.

É importante salientar que, ao destacar as influências da história, da sociedade e da cultura na adolescência, as mudanças biológicas que ocorrem neste período não devem ser negligenciadas. As próprias transformações biológicas ocorrem e são significadas de modo único na vida de cada adolescente (FERREIRA; NELAS, 2006; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

As mudanças corporais que ocorrem nesta fase acontecem em velocidades diferentes, devido à imagem e o desenvolvimento corporal serem subjetivos, e dependentes de elementos emocionais, funcionais e características sociológicas que a/o jovem vive (PEREZ; CONSTANTINO, 2009). É importante ressaltar ainda que “as relações entre o biológico e o social no ser humano são de incorporação daquele por este e não de eliminação ou mesmo separação entre ambos” (ANJOS, 2014, p. 109-110).

A intersecção da raça no processo de compreensão da adolescência, também é uma postura necessária em pesquisadoras/es que buscam incluir adolescentes em suas pesquisas. Lima (2018) destaca que não é incomum adolescentes negras/os apresentarem baixa autoestima e dificuldade de aceitação de seus corpos, em razão das múltiplas vivências de racismo que atravessam as suas experiências e relações.

Tais experiências em muitas ocasiões tornam-se traumáticas. Crianças negras vivenciam diferentes tipos de racismo desde seus primeiros dias de vida, sendo o

racismo institucional um dos mais frequentes (SILVÉRIO, 2002).

Discutimos em não ignorar as adolescências, no plural. Enquanto Psicólogas/os e/ou pesquisadoras/es, é essencial não negarmos o racismo brasileiro. Muito menos, as marcas históricas e contemporâneas sentidas por quem o vivencia cotidianamente - inclusive em pessoas jovens e em suas construções singulares, tanto a nível relacional quanto identitária.

O processo histórico brasileiro, delimita a necessidade de compreensão desta sociedade a partir de aspectos pluriculturais e multirraciais, de acordo com Carneiro (2003). As diferenças existentes nos modos de “ser” devem ser pontuadas e vividas como equivalência e não a partir do viés da inferioridade (CARNEIRO, 2003). Ao realizar uma pesquisa generalista sobre a(s) adolescência(s), contribui-se à “invisibilidade das peculiaridades e vulnerabilidades” vivenciada por diferentes populações, principalmente, das/os negras/os (LIMA, 2018, p.116).

Ao questionar a naturalização da adolescência ou a sua compreensão como algo homogêneo, objetivamos promover uma compreensão ampla, que explora a complexidade desta fase do desenvolvimento. A proposta desse artigo, parte do pressuposto de que a adolescência ocorre como um processo diverso e único.

3 | COMO E POR QUE A ADOLESCÊNCIA FEMININA SE DIFERE DA MASCULINA?

O adolescer precisa ser visto a partir de uma perspectiva de gênero. Braga e Dell’Aglio (2013) destacam a adolescência permeada por questões relativas ao sistema sexo/gênero e aos comportamentos ideais a serem realizados por uma menina e por um menino.

Durante esta etapa, existe a possibilidade de sentimentos de angústia e de ansiedade aparecerem. Isto ocorre em função da presença dos chamados “dilemas identitários” que podem ter origem em processos de comparações ou idealizações acerca da imagem da mulher perfeita e do homem perfeito (DINIZ; ALVES, 2015, p. 22).

A vivência em uma sociedade patriarcal (CISNE, 2015; NARVAZ; KOLLER, 2006), nos coloca diante de elementos e processos de engendramento que são determinantes quando se fala na construção das identidades de seres masculinos e femininos. Parte dos desafios encontrados no período da adolescência estão relacionados a esses processos (RESSEL et al., 2009). Molina (2013) ressalta que é na referida fase, que a incorporação dos modelos de feminilidade e masculinidade torna-se notória.

A adolescência será marcada por uma adequação aos papéis de gênero culturalmente impostos (DINIZ; ALVES, 2015). Padrões específicos, normativos e estereotipados de comportamentos são ensinados de modos diferentes aos meninos e as meninas. Muitos desses padrões serão mantidos durante toda a fase adulta.

As meninas tendem a ser educadas, desde a fase infantil, para aceitar de modo

passivo a autoridade dos meninos (DINIZ; ALVES, 2015). O estudo de Monteiro et al. (2015), destaca as relações de gênero e sua influência no cotidiano das adolescentes. Seja na organização da casa, no comportamento, participação social ou na inserção no mercado de trabalho, as adolescentes diferenciam o comportamento esperado para os meninos e para as meninas. As meninas adolescentes, no caso, colocam-se em uma posição de inferioridade, submissão, perante aos adolescentes do gênero masculino.

Os padrões de gênero tendem a influenciar até mesmo na escolha profissional das/os jovens (LÓPEZ-SÁEZ; PUERTAS; SÁINZ, 2011). Souza (2015) ressalta que certas profissões são estereotipadas pelo gênero, por meio da construção histórica e social.

Os cursos no eixo de exatas são comumente relacionados a profissões masculinas, enquanto profissões voltadas à área da saúde são consideradas profissões femininas. Este fato é consideravelmente influenciado pelo fato da figura da mulher ser, culturalmente associada à imagem de cuidado, da inteligência emocional e a do homem associada à inteligência intelectual (NARVAZ; KOLLER, 2006).

López-Sáez, Puertas e Sáinz (2011) indicam que uma adolescente que, por exemplo, escolhe estudar Engenharia irá se deparar inclusive com dificuldades relacionais com seus colegas de classe. A escolha profissional pode causar uma vivência de discriminação e preconceitos naquelas/es que vão contra os estereótipos de gênero, segundo estas autoras.

A expressão da sexualidade também é manifestada de modos distintos entre adolescentes do sexo feminino e masculino. Enquanto os meninos vivenciam a sexualidade de modo permissivo, as meninas vivenciam uma sexualidade reprimida e passível de julgamentos caso seja vivida de forma semelhante à dos meninos. Molina (2013) ressalta que “as regras sexuais são diferentes para ambos os sexos, sendo geralmente a maioria das restrições ligada ao gênero feminino, determinado pela cultura que impõem quais são as práticas sexuais apropriadas ou não” (MOLINA, 2013, p. 492).

Santos, Acioli Neto e Souza (2011) analisaram conteúdos midiáticos voltados ao público adolescente feminino, aos seus pais e a produção acerca da adolescência. O resultado obtido apontou que questões de gênero são perceptíveis em meios de comunicação que pretendem dialogar sobre o adolescer. O modo de retratar esta fase é realizado em duas situações específicas, a ser apresentadas abaixo.

Santos, Acioli Neto e Souza (2011) identificaram que foram produzidas matérias que demonstravam preocupações com a sexualidade apenas das adolescentes do sexo feminino. As reportagens direcionadas ao referido público, retratavam o uso de métodos anticoncepcionais, os cuidados e as maneiras de se relacionarem afetivamente com outras pessoas. Alertavam também sobre a gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

As adolescentes identificavam que, ao beijarem diferentes pessoas, poderiam

ser vinculadas a um comportamento promíscuo (“*galinha*”). Já os adolescentes do sexo masculino seriam percebidos por outras pessoas como “*pegadores*”. Segundo as próprias adolescentes, atividade que os valoriza socialmente por cumprirem o papel e a prescrição de gênero esperada para pessoas desse sexo (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011).

A repetição destes discursos engendrados pelas adolescentes indica que a formação de padrões e a classificação dentro do sistema sexo-gênero foram construídas a partir de bases hegemônicas. Neste cenário, o masculino é tido como aquele que desempenha um papel de oposição ao feminino e não de semelhança, no que concerne aos direitos e comportamentos. Este conceito continua, lamentavelmente, a ser reforçado até nos dias atuais (SANTOS; MARTINS, 2013).

Preocupações específicas são legitimadas em relação aos jovens, com base em papéis sociais pré-estabelecidos, desempenhados dependendo do gênero da/do adolescente e através do poder da influência cultural sob as percepções de gênero (SABAT, 2001; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011). Nesse contexto são ditados os comportamentos e a personalidade que uma menina e um menino podem/devem ter.

Diferente da adolescência masculina, a feminina é marcada por estratégias que visam desenvolver alertas e estratégias de prevenção a riscos, tanto para os corpos quanto para os comportamentos das adolescentes (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011). Desconsiderar as diferenças de gênero ao buscar a compreensão das adolescências, é negligenciar as vivências únicas resultantes desta vertente.

4 | ADOLESCÊNCIAS: IDENTIDADES, RELACIONAMENTOS E SAÚDE MENTAL

A necessidade de entender quem somos é algo inerente à condição humana (RODRIGUÉZ; DAMÁSIO, 2014). Para acessar este entendimento, é preciso considerar características singulares da história de cada pessoa, de seus vínculos afetivos, do ambiente sociopsicológico, político, econômico e cultural e, até mesmo, do processo educacional vivido (LEVISKY, 2002).

A adolescência é um período do desenvolvimento em que meninos e meninas vivenciam mudanças significativas. Além das transformações fisiológicas, psicológicas e sociais (LEVISKY, 2002; RODRÍGUES; DAMÁSIO, 2014), o adolescer é vivenciado a partir de novas maneiras de se relacionar, por meio da experimentação de diferentes papéis sociais e novos tipos de conduta, além do envolvimento em uma gama de habilidades a ser desenvolvidas (RODRÍGUEZ; DAMÁSIO, 2014). Estes elementos vão ao encontro e influenciam no desenvolvimento da identidade de cada pessoa.

A formação da identidade é única e pessoal. É compreendida através da ideia da constante construção (CIAMPA, 1984; LEVISKY, 2002). A concepção de “identidade” é explicada por Ciampa (1984), a partir da seguinte definição: “em cada momento de

minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito” (CIAMPA, 1984, p. 67). É importante destacar a construção de um “eu”, a partir de “outros”.

A/o adolescente também se encontra em um processo de construção da identidade (BASMAGE, 2010). Este processo não se encerra na adolescência, mas sim, continua a ser construído ao longo dos anos de vida de todos os seres humanos (BASMAGE, 2010; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

A construção da identidade é tida como a “tarefa mais importante” a acontecer durante o adolecer (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 107). A identidade é o que marca a passagem da juventude para a vida adulta.

Os relacionamentos sociais possuem forte influência na construção da identidade na adolescência. Levisky (2002) destaca a constituição da identidade por meio da vida de relações. Nesses processos relacionais, as influências são recíprocas entre as estruturas mentais e a sociedade, e têm impacto na constituição da pessoa. As “relações” podem ser estabelecidas com amigas/os, familiares, na escola, na igreja, em relacionamentos amorosos, e outros meios de socialização.

A identidade da/o adolescente também se transforma à medida que ela/e se relaciona com outras/os adolescentes (QUIROGA; VITALLE, 2013). Sua subjetividade, preferências, personalidade, gostos e desgostos serão formados através de sua vivência pessoal, mas também a partir dos agrupamentos sociais dos quais ela/e faz parte.

Os processos de desenvolvimento são produto, justamente, das novas situações e experiências que elas/es viverão nesta fase, com sua rede de relacionamentos (QUIROGA; VITALLE, 2013). As relações construídas no meio familiar merecem, portanto, destaque neste cenário.

O relacionamento familiar exerce uma influência ímpar na estruturação psíquica e identitária de cada um de seus membros (QUEEN et al., 2013). No cotidiano familiar, é formado o primeiro e o mais importante contexto de socialização a ser conhecido na infância (REIS; PEIXOTO, 2013). Tanto nesta fase quanto na adolescência, o papel desempenhado pela família afeta o desenvolvimento e comportamento, assim como a interação social e o desenvolvimento cognitivo (CAMACHO; MATOS, 2007).

O cotidiano familiar e a qualidade deste, afeta na regulação emocional da/o adolescente, no seu bem-estar, autonomia, assim como em resultados escolares e em um possível futuro profissional e/ou acadêmico (GRUSEC; DAVIDOV, 2010; SYED; SEIFFGE-KFRENKE, 2013). Syed e Seiffge-Kfrenke (2013) ainda ressaltam que o apoio familiar que desafia e ao mesmo tempo acredita em suas/seus filhas/os é um importante componente no desenvolvimento do ego das/os adolescentes.

Em contraponto, famílias que não apresentam elementos relacionados ao apoio e presença na vida das/os filhas/os, podem influenciar no “desenvolvimento, manutenção e aumento de algumas patologias nas crianças ou adolescentes” (CAMACHO; MATOS, 2007, p. 40). Neste cenário, a saúde mental da/o adolescente pode ser perpassada

pela depressão (Del Prette; Del Prette, 2014), fobia social e transtornos de ansiedade (Camacho; Matos, 2007), baixos níveis de autoestima e enfrentamento (Reis; Peixoto, 2013), entre outros.

Morais, Lima e Fernandes (2014) indicam que o meio familiar, o seu funcionamento e sua estrutura, podem representar, portanto, um fator de risco ou proteção no desenvolvimento das/os adolescentes. A/o adolescente desenvolve a imagem de si, através do olhar do outro – este, significativo (SALES, 2014).

O núcleo familiar faz parte desta classificação na vida da/o adolescente. Por esta razão, a qualidade dos relacionamentos que perpassam este contexto é de tamanha relevância. Ignorar as especificidades e as vulnerabilidades (se existentes) que as/os adolescentes vivem em cada cenário é perigoso, especialmente no âmbito da pesquisa empírica e teórica no campo da Psicologia.

Sabemos que as pessoas são atravessadas pela história de suas famílias, “com suas sombras e fantasmas silenciosos operando efeitos na subjetivação” (JORDÃO, 2008, p.159). Desconsiderar o núcleo familiar quando se pesquisa a adolescência é, portanto, um erro.

É preciso dar atenção a todas essas questões ao buscarmos compreender a adolescência. Entender a pluralidade da adolescência é primordial para que não sejam desenvolvidas análises superficiais, descontextualizadas e acríticas. A adolescência é um processo desenvolvimental complexo. É preciso que todas as influências sejam consideradas, para que possamos fugir da generalização e naturalização do adolescer.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discussões sobre a adolescência ocorrem dentro de um modelo geral do que deve consistir este período do desenvolvimento. A visão generalizadora do adolescer tende a promover certa homogeneização deste processo. As particularidades e interseccionalidades vivenciadas de diferentes maneiras pelas/os jovens que se encontram neste momento da vida, tendem a ser ignoradas ou negligenciadas.

Ao discorrer sobre a adolescência, múltiplos elementos precisam ser considerados. A adolescência é construída em um contexto específico, sob diversas influências históricas, relacionais, estruturais, familiares, sociais, políticas. Ressaltamos que, durante a realização de uma pesquisa com adolescentes, é preciso buscar responder a seguinte questão: “sobre qual adolescência estamos falando?”. É preciso que as interseções entre situação socioeconômica, raça, orientação sexual, nacionalidade e a inserção no sistema sexo/gênero, cultura e período histórico sejam valorizadas e aplicadas.

A caracterização da adolescência auxilia no combate aos estereótipos, pré-conceitos e generalizações sobre este período do desenvolvimento humano. Muitos mitos acerca do adolescer foram construídos e reforçados ao longo dos anos, pelo

viés das pesquisas científicas (BERNI; ROSO, 2014). É preciso combatê-los.

A realização de estudos acadêmicos a partir da neutralidade como uma metodologia a ser adotada por pesquisadoras/es, não é incomum – e não necessariamente é um problema. Torna-se uma questão a ser problematizada, quando a neutralidade se estende à compreensão das/os participantes de pesquisas pelas/os próprias/os pesquisadoras/es. Na busca pela compreensão do adolecer, é estudado um grupo de pessoas que ocupa um mesmo espaço. Não se deve negligenciar o fato de que cada uma dessas pessoas possui sua própria história e subjetividade, mesmo quando ocupam um mesmo grupo social.

A promoção de pesquisas que valorizam participantes reais em suas singularidades é essencial. O desenvolvimento de pesquisas em Psicologia, consonantes com o viés crítico e contextualizado, tão amplamente discutido na atualidade, é um objetivo a ser seguido por nós, pesquisadoras e pesquisadores nas possibilidades de pesquisa e teorias, dentro do rico campo de estudos dos fenômenos psicológicos e psicossociais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. E. Aportes teóricos da psicologia histórico-cultural para a educação escolar de adolescentes. *Atos de pesquisa em educação*, PPGE/ME, v. 9, n. 1, p. 106-126, 2014.

BASMAGE, D. F. A. T. **A constituição do sujeito adolescente e as apropriações da internet: uma análise histórico-cultural**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

BERNI, V. L.; ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Saúde**, v. 26, n. 1, p. 126-136, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/14.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BIRMAN, J. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. R. (Org.), **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006. p. 25-43.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno CEDES, Campinas**, v. 24, n. 62, p. 26-43, 2004.

BRAGA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D. Suicídios na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 13. ed. – **Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, 2015. 117 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18403/estatuto_crianca_adolescente_13ed.pdf?sequence=27>. Acesso em: 10 maio 2017.

CAMACHO, I.; MATOS, M. G. Práticas parentais educativas, fobia social e rendimento acadêmico em adolescentes. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 3, n. 3, p. 37-55, 2007.

Carneiro, S. (2003). Mulheres negras, violência e pobreza. In: BRASIL, Programa de Prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher. **Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003, p. 11-20.

CASTRO, M. G.; ABROMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 143-176, 2002.

CERQUEIRA-SANTOS, E. M. N. O. C.; KOLLER, S. H. Adolescentes e adolescências. In: Habigzang, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H (Orgs.), **Trabalhando com adolescentes – teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, p. 17-29.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-75.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 138-154, 2015.

DELL'AGLIO, D. D.; SANTOS, S. S.; BORGES, J. L. Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. **Interação em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 191-198, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/3255/2615>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DINIZ, G. R. S.; ALVES, C. O. Gênero e violência no namoro. In: MURTA, S. G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; DINIZ, G. R. S. (Orgs.), **Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia**. Curitiba, Appris, 2015, p. 19-42.

FERREIRA, M.; NELAS, P. B. Adolescências... Adolescentes... **Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health**, v. 10, n. 32, p. 141-162, 2006.

GOMES, C. A.; BRASIL, K. C. T. R.; ALMEIDA, S. F. C. Adolescência: desafio da complexidade. **Interacções**, n. 25, p. 1-12, 2013.

GRUSEC, J. E.; DAVIDOV, M. Integrating different perspectives on socialization theory and research: A domain-specific approach. **Child Development**, 81, p. 687–709, 2010.

JUSTO, A. P. Autorregulação em adolescentes: Relações entre estresse, enfrentamento, temperamento e problemas emocionais e de comportamento. 2015. 328 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: < <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/469> >. Acesso em: 10 jan. 2017.

JORDÃO, A. B. Vínculos familiares na adolescência: nuances e vicissitudes na clínica psicanalítica com adolescentes. **Aletheia**, v. 27, n. 1, p. 157-172, 2008.

LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. (2014). Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação**. Eduem – UEM, Maringá – Paraná, 2014, p. 15-44.

LEVISKY, D. L. Construção da identidade, o processo educacional e a violência – uma visão psicanalítica. **Pro-Posições**, v. 13, n. 3, p. 99-112, 2002.

LIMA, E. F. Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara - São Paulo, 2018.

LÓPEZ-SÁEZ, M.; PUERTAS, S.; SÁINZ, M. Why don't girls choose technological studies? Adolescents' stereotypes and attitudes towards studies related to medicine or engineering. **The Spanish Journal of Psychology**, v. 14, n. 1, p. 74-87, 2011.

MASCAGNA, G. C. **Adolescência: compreensão histórica a partir da escola de Vigotski**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2009. .

MOLINA, L. P. P. Gênero, sexualidade e ensino de histórias nas vozes de adolescentes. **Antíteses**, v. 6, n. 12, p. 489-525, 2013.

- MONTEIRO, R. J. S.; GONTIJO, D. T.; FACUNDES, V. L. D.; SENA e VASCONCELOS, A. C. “Pensando como um menino é mais fácil”: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes. **Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2. p. 207-215, 2015.
- MORAIS, N. A., LIMA, R.; FERNANDES, J. Adolescência e contexto familiar. In: HABIGZANG, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. (Orgs.), **Trabalhando com adolescentes – teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, p. 101-117.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.
- OLIVEIRA, D. C.; FISCHER, F. M.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; SÁ, C. P.; GOMES, A. M. T. Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 763-773, 2010.
- PAIXÃO, D. L. L.; ALMEIDA, A. M. O. O retrato da adolescência e da juventude brasileira: o que revelam as pesquisas? **Educação: Saberes e Práticas**, 1, p. 1-29, 2013.
- PEREZ, D. K.; CONSTANTINO, E. P. Representações sociais da adolescência e do adolescente em um projeto socioambiental no município de Assis-Sp. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, 131-140, 2009.
- PRIOSTE, C. D.; AMARAL, M. G. T. As fantasias virtuais das meninas e as vulnerabilidades na adolescência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 10(nº especial), p. 1673-1686, 2016.
- QUEEN, A. H.; STEWART, L. M.; EHRENREICH-MAY, J.; PINCUS, D. B. Mothers’ and Fathers’ Ratings of Family Relationship Quality: Associations with Preadolescent and Adolescent Anxiety and Depressive Symptoms in a Clinical Sample. **Child Psychiatry & Human Development**, n. 44, p. 351-360, 2013.
- QUIROGA, F. L.; VITALE, M. S. S. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 863-878, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v23n3/11.pdf> >. Acesso em: 07 abr. 2018.
- REIS, I. G.; PEIXOTO, F. “Os meus pais só me criticam” – Relações entre práticas educativas parentais (perfeccionismo e crítica) e a autoestima, o autoconceito acadêmico, a motivação e a utilização de estratégias de *self-handicapping*. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 31, p. 343-358, 2013.
- RESSEL, L. B.; SEHNEM, G. D.; JUNGES, C. F.; HOFFMAN, I. C.; LANDERDAHL, M. C. Representações culturais de saúde, doença e vulnerabilidade sob a ótica de mulheres adolescentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 552-557, 2009.
- RODRIGUÉZ, S. N.; DAMÁSIO, B. F. IN: HABIGZANG, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. (Orgs.), **Trabalhando com adolescentes – teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, p. 30-41.
- SABAT, R. Pedagogia cultural gênero e sexualidade. **Estudos feministas**, n. 9, p. 9-21, 2001.
- SALES, M. S. (2014). O processo de Constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. **Psicologia & Sociedade**, 26 (nº especial), p. 161-171, 2014.
- SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L.; SOUZA, Y. S. O. Adolescentes em revistas: um estudo sobre representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2, p. 103-113, 2011.

SANTOS, R. G.; MARTINS, M. S. Adolescência e gênero: reprodução da hegemonia masculina. In: II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE; IV Seminário Internacional Sobre Profissionalização Docente – SIPD/CÁTEDRA UNESCO, Curitiba. **Anais...**, Curitiba, Paraná: PUC, 2013. p. 18958-18974, 2013. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9974_5744.pdf>. Acesso em: 02 abr 2017.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 6, n. 2, p. 227-234, 2014.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo intitucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 212-246, 2002.

SOUSA, M. do C.; MOREIRA, M. I. C. Adolescência em Camadas Populares: Particularidade e Singularidade na Trama Escolar. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 7, n. 1, p. 68-75, 2012.

SOUZA, M. L. R. S. **Gênero e escolha profissional**. 2015. 32 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SYED, M.; SEIFFGE-KFRENKE. Personality Development From Adolescence to Emerging Adulthood: Linking Trajectories of Ego Development to the Family Context and Identity Formation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 104, n. 2, p. 371-384, 2013.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 147-162, 2005.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Caderno de Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2467-2472, 2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-016-2



9 788572 470162